

O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações

Authoritarian thought in the Portuguese Estado Novo: some interpretations

Francisco Carlos Palomanes Martinho¹

Artigo recebido e aprovado em novembro de 2007

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar as matrizes do pensamento autoritário português anteriormente à ascensão do Estado Novo bem como sua contribuição no ordenamento institucional do regime. Parte do pressuposto de que as fontes formadoras do autoritarismo em Portugal são: o conservadorismo católico, o pensamento militar de feição positivista e um tipo de radicalismo nacionalista fortemente influenciado pelos movimentos fascistas. Além disso, pretendemos perceber as tensões entre essas diversas correntes autoritárias no que concerne à relação entre tradição e modernidade durante as décadas de 1930 e 1940.

Palavras-chave:

Autoritarismo - Estado Novo Português - Intelectuais

Abstract:

This article aims to analyze the origins of the Portuguese authoritarian thought previous to the Estado Novo ascension and its contribution to this regime institutional order. We have as hypothesis that the Portugal authoritarian formative sources are: conservative Catholicism, the military positivist thought and a sort of nationalist radicalism strongly influenced by fascists movements. The article deals also with the tensions among the authoritarians groups concerning the relationship between tradition and modernity in the period 1930-1940.

Keywords:

Authoritarianism - Portuguese Estado Novo - Intellectuals

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da UERJ. Bolsista de Produtividade do CNPq.

Introdução

No dia 28 de maio de 1926 um golpe militar pôs fim aos dezesseis anos da Primeira República portuguesa. Para se ter uma idéia do nível de instabilidade na primeira fase do republicanismo em Portugal basta citar o fato de que naquele curto espaço de tempo o país assistiu à ascensão e à queda de um total de 45 governos e a 29 levantes revolucionários de diversos matizes². Os motivos que levaram à incessante crise são vários: dificuldades de desenvolvimento econômico, tensões e divergências entre os setores governistas, a entrada equivocada na Primeira Guerra Mundial...

Para além desses problemas, que dizem respeito às escolhas dos agentes políticos, outros fatores ligados à tradição histórica portuguesa não devem ser menosprezados. Arno Mayer, em seu conhecido livro *A força da tradição* lembra que o desenvolvimento da modernidade liberal durante a segunda metade do século XIX na Europa conviveu com valores da tradição e do conservadorismo que apenas aparentemente declinavam³. Desta forma, a república parlamentar, a sociedade de mercado e a indústria foram contemporâneas do poder aristocrático, da corporação e do pequeno universo agrário.

Sem necessariamente superá-los. Passado e futuro encontravam-se em permanentes enlaces e desenlaces. Em proximidades e distanciamentos. Se, para alguns países, a Primeira Guerra Mundial foi um "divisor de águas", no sentido de uma ruptura mais profunda para com o passado, o mesmo não se pode dizer de outros, onde prevaleceram os elementos da continuidade. Este, por certo, é o caso português, cujo regime do Estado Novo (1933-1974) ancorava-se em um eficiente discurso que remetia, a todo instante, a um passado legitimador.

Ao mesmo tempo seria um equívoco e mesmo uma simplificação histórica afirmar que o corporativismo português resumiu-se à nostalgia. Ao contrário, entre os agentes que organizaram e pensaram a institucionalização do regime, bem como seu funcionamento, havia tanto os que defendiam uma perspectiva mais conservadora e tradicionalista como também aqueles para quem a ditadura deveria dialogar com os diversos projetos de *modernidade alternativa* ao liberalismo que se organizaram na Europa durante as décadas de 1920

² ROSAS, Fernando. *Pensamento e ação política: Portugal, século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 44.

³ MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime - Europa (1848-1914)*. SP, Companhia das Letras, 1987, p. 13-25.

e 1930. Por este motivo concordamos com Philippe Schmitter para quem o Estado Novo foi um laboratório de experiências tanto como reinvenção de um imaginário "regenerador" e nacionalista como também de integração das classes trabalhadoras evitando as radicalizações fascista e nacional-socialista⁴. De minha parte acrescentaria ainda, para além da política sindical, a própria reordenação jurídica do Estado e a política de propaganda como elementos que expressavam um evidente compromisso com a modernidade.

Procurarei demonstrar que o pensamento autoritário do Estado Novo português possuía duas vertentes. Uma delas tradicionalista e conservadora, que tinha seus olhos voltados para o passado.

Mas havia também entre os antiliberais portugueses aqueles para quem os movimentos radicais de direita que desembocaram em projetos diversos de modernização eram referências fundamentais.

Obrigatórias, até. A institucionalização do regime, ainda que com o predomínio da primeira, não teria sido possível sem a combinação das duas perspectivas.

1. O Antigo Regime como horizonte utópico (Ou a legitimação através do passado)

Segundo António Manuel Hespanha, no século XVIII, o individualismo propôs uma imagem de sociedade centrada no homem, sendo que seus objetivos nada mais eram que a "soma dos fins de seus membros e a utilidade geral confundia-se com a que resultava da soma das utilidades de cada indivíduo". Ao contrário, o pensamento social medieval concebia o primado do "corpo", ao qual estaria integrado, de forma submissa, o indivíduo. Ressalta também o autor o papel que a religião desempenhou junto ao pensamento político medieval ancorado na idéia de *cosmos*, orientando todos os homens para um objetivo único, identificado com o criador⁵. E foi exatamente esta tradição católica e coletivista a mola mestra que mobilizou parte da intelectualidade portuguesa nas primeiras décadas do século XX.

Na medida, portanto, em que o modelo político imposto em Portugal após a queda da Primeira República opunha-se ao individualismo liberal, o Portugal sebastianista e o Portugal restaurador transformavam-

⁴ SCHMITTER, Philippe C. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 110-127.

⁵ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviatã: Instituições e poder político em Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 298-299.

se nos pilares básicos de referência para a (re)construção da "Nação Portuguesa"⁶.

Para esta corrente de pensamento, a Revolução Liberal de 1910⁷ significou o abandono de todas as grandes tradições que fundamentaram a formação da nacionalidade lusitana. Tratava-se, assim, da traição a uma linhagem constituída desde a formação do Estado Nacional a começar pela referência incontestável de d. Nuno Álvares Pereira⁸, passando por

⁶ D. Sebastião, jovem rei de Portugal, morreu em 1578 na batalha de Alcácer-Quibir. Como não deixou herdeiros, ascendeu ao trono seu tio, o cardeal d. Henrique, que veio a falecer dois anos depois. A crise sucessória deixou abertas as portas para a União Ibérica. Felipe II, da Espanha, foi aclamado pelas cortes de Tomar, rei de Portugal em 1581 sob o nome de Felipe I. A gradual insatisfação com a administração espanhola, principalmente a partir do reinado de Felipe IV, em 1621, quando adotou uma política de maior integração dos territórios ibéricos, fez crescer o mito de que d. Sebastião, cujo corpo não havia sido encontrado, retornaria para reconquistar a independência portuguesa. O *sebastianismo* correspondeu, portanto, à idéia mítica de salvação nacional. A restauração, ou seja, a separação de Portugal da Espanha se deu, por fim em 1640 com a ascensão de d. João, duque de Bragança, após uma conspiração de nobres e letrados contra a presença dos representantes da Espanha em Lisboa.

⁷ Movimento político liderado por Afonso Costa, um dos mais representativos expoentes do republicanismo português, a Revolução de 1910 contou com a participação de amplos segmentos de oposição à monarquia, incluindo não só liberais, como socialistas e maçônicos. A Constituição Republicana de 1911 foi, sem dúvida, uma das mais progressistas da história de Portugal, representando mesmo uma tentativa de ruptura para com um passado que representava, para os articulistas do movimento, o atraso.

⁸ A história pessoal de Nuno Álvares Pereira se confunde com a própria história do Estado português bem como da Igreja em Portugal. Daí sua importância como referência da oposição ao liberalismo das primeiras décadas do século XX. Quando d. Fernando de Portugal morreu em 1383 sem deixar herdeiros masculinos, sendo sua filha Beatriz casada com o d. João I de Castela, Álvares Pereira foi um dos primeiros nobres a apoiar as pretensões de d. João, Mestre de Avis, ao trono. Apesar de ser filho ilegítimo de d. Pedro I, por conseguinte irmão bastardo de d. Fernando, João afigurava-se como uma hipótese preferível à perda de independência para os castelhanos. Depois da primeira vitória de Álvares Pereira frente aos castelhanos na Batalha dos Atouros em Abril de 1384, João de Avis nomeia-o Condestável de Portugal e Conde de Ourém. A 6 de abril de 1385 d. João é reconhecido pelas cortes reunidas em Coimbra como Rei de Portugal. João de Castela invade Portugal com vista a proteger os interesses de sua mulher Beatriz. Álvares Pereira inicia uma série de cercos a cidades leais a Castela, localizadas principalmente no Norte do país. A 14 de agosto Álvares Pereira vende a batalha de Aljubarrota à frente de um pequeno exército de 6.000 portugueses e aliados ingleses, contra as 30.000 tropas castelhanas. A batalha viria a ser decisiva no fim da instabilidade política de 1383-1385 e na consolidação da independência portuguesa. Fimada a ameaça castelhana, Nuno Álvares Pereira permaneceu como Condestável do reino e tornou-se Conde de Arraiolos e Barcelos. Entre 1385 e 1390, ano da morte de João de Castela, dedicou-se a realizar ataques à fronteira de Castela, com o objetivo de manter a pressão e dissuadir o país vizinho de novos ataques. Lembrado como um dos melhores generais portugueses, abraçou, nos últimos anos, a vida religiosa. Após a morte da sua mulher, tornou-se carmelita com o nome de Irmão Nuno de Santa Maria, recolhendo-se no Convento do Carmo. Lá permaneceu até sua morte, ocorrida em 1431, aos 71 anos. Nuno Álvares Pereira foi beatificado em 1918 pelo papa Bento XV. O processo de canonização encontra-se aberto e ativo desde 1940.

d. Sebastião, d. João IV⁹ e que, no Século XIX, tinha como referência mais importante a figura de d. Miguel¹⁰, o monarca absolutista derrotado por d. Pedro. Assim a oposição ao liberalismo significava um compromisso com Portugal, com sua história, suas referências e suas tradições. O futuro deveria, necessariamente, estar comprometido com o passado.

Portugal havia sido grande e moderno quando atravessou os mares e, em nome da inabalável fé católica, descobriu e conquistou novas terras. Ao mesmo tempo, era o lugar do "pequeno mundo", do camponês da pequena aldeia e da pequena propriedade. Não por acaso António Oliveira Salazar¹¹, o dirigente principal do Estado Novo, já em 1916, quando apresentou provas para professor da Universidade de Coimbra,

⁹ D. João IV foi o responsável pela Restauração portuguesa de 1640 após sessenta anos de domínio espanhol. Filho do Duque de Bragança, herdou o senhorio da casa ducal em 1630 como d. João II. Por via paterna era trineto do rei d. Manuel. Em 1640, quando a classe média e aristocracia, descontentes com o domínio espanhol e com o reinado de Filipe IV da Espanha (Filipe III de Portugal), quiseram restaurar a independência, foi ele o escolhido para encabeçar a causa. A nomeação do duque para governador-geral das armas de Portugal veio a ser o motor da revolta. A missão correspondia a inspetor do exército. A 1º de dezembro deu-se o golpe e, em 15 de dezembro foi coroado Rei de Portugal. A partir de sua aclamação deu-se o processo restaurador através de Guerra de Restauração.

¹⁰ Dom Miguel I de Bragança foi o terceiro filho do rei d. João VI de Portugal e irmão mais novo do Imperador d. Pedro I do Brasil. D. Miguel é por vezes considerado como tendo sido rei de Portugal durante o período das Guerras Liberais de 1828 a 1834, embora neste período tenha na verdade usurpado o título monárquico que legitimamente pertencia à sua sobrinha d. Maria da Glória. D. Miguel, ainda em vida do seu pai, d. João VI, encabeçou dois movimentos que lhe valeram o exílio pela prática de crimes de lesa-majestade contra a pessoa do rei. Em 1826, após a abdicação do seu irmão mais velho ao trono português ficou noivo da sua sobrinha, a rainha d. Maria da Glória, ao mesmo tempo em que foi nomeado regente, tendo jurado por duas vezes (perante a corte austríaca e à sua chegada a Lisboa) fidelidade à Carta Constitucional e à rainha, sua prometida mulher. No entanto, a 23 de junho de 1828, foi proclamado Rei pelas Cortes do Reino, por si organizadas, e anulou a Constituição vigente, emitida por d. Pedro IV. A não aceitação da sua legitimidade pelo seu irmão e pelos liberais desencadearam as Guerras Liberais entre o seu partido e o dos constitucionalistas (liberais) de d. Maria II e seu irmão, d. Pedro IV. O reconhecimento internacional de d. Miguel foi reduzido, embora praticamente todas as potências tenham aceitado tratar com o seu governo, enquanto entidade que "de fato" exercia o poder político sobre a quase totalidade do território nacional. Contudo, em 1831, o seu irmão mais velho abdicou do trono do Brasil em favor do filho Pedro II e regressou a Portugal para liderar em pessoa o partido liberal na guerra civil contra os miguelistas. Três anos depois, d. Miguel foi forçado a devolver a Coroa a d. Maria II e onde seguiu para o exílio. Morreu na Alemanha em 1866.

¹¹ António Oliveira Salazar (1889-1970), professor de economia da Universidade de Coimbra (1916-1928), ministro das Finanças (1928-1932), chefe de governo (1932 a 1968), foi o principal ideólogo do Estado Novo, a mais longa ditadura da Europa Ocidental no século XX (1933-1974). De formação católica, estudou no Seminário do Viseu antes de ingressar na Universidade de Coimbra, como estudante, em 1910. Convicto da falência dos regimes de representação democrática, Salazar sempre defendeu, para Portugal, uma alternativa corporativa, ditatorial, nacionalista e colonialista, que ele entendia como expressões mais profundas da identidade nacional portuguesa.

criticou o latifúndio alentejano do "dono ausente" ao mesmo tempo em que enaltecia a pequena propriedade "fecundada pelo capital e o trabalho"¹². Assim, a tarefa dos portugueses era conservar, seja no "além-mar" seja no próprio território, o seu mundo pequeno, católico e camponês. A vocação portuguesa para a modernidade deveria ser então, construída a partir de valores predominantemente "endógenos". E, portanto, procurada em sua própria história.

O Antigo Regime, realizador desta "vocação", tornava-se o horizonte utópico do Estado Novo. Ser moderno era voltar no tempo. Parte expressiva do pensamento autoritário português, portanto, tinha um caráter conservador e nostálgico. Defendia o primado do coletivo e se opunha radicalmente ao individualismo liberal herdeiro do Iluminismo e da Revolução Francesa. Marcello Caetano, então jovem estudante de direito, proferiu em 1928 uma conferência na Sociedade São Vicente de Paulo, da qual era confrade. Na ocasião apontou a permanência das mazelas do século XIX como responsáveis pela desordem do mundo nas primeiras décadas do século XX¹³. O mesmo Caetano que quatro décadas depois, na condição de sucessor de Salazar, viria a se tornar na esperança de alteração do regime em uma eventual transição "pelo alto". O exemplo de Caetano é, portanto, importante para evidenciar que em diversos casos tradicionais e modernos se confundiam.

2. Sidónio Pais - uma referência mobilizadora

Como dissemos a ditadura corporativa sob a liderança de Salazar foi uma alternativa a uma República em permanente desgaste. As sucessivas crises do republicanismo punham em questão a sua capacidade de impor um projeto político de maior vulto. Neste quadro, diversos opositores se articularam a fim de enfrentar o sistema liberal representativo e apresentar à sociedade portuguesa uma nova alternativa. Na maioria dos casos, a oposição se realizava sob um perfil marcadamente autoritário, embora não houvesse unidade quanto a alguns pontos importantes, como por exemplo, a natureza do novo regime a ser constituído. O primeiro coroamento de tal processo se deu através do golpe liderado por Sidónio Pais¹⁴, em 1917. Segundo

¹² SALAZAR, António Oliveira. 1916, p. 8.

¹³ Boletim Português da Sociedade S. Vicente de Paulo. AMC, Caixa 1, SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO, nº 2.

¹⁴ Major de Artilharia e professor de cálculo integral e diferencial da Universidade de Coimbra, Sidónio Pais (1872-1918) sempre esteve em oposição ao liberalismo e à democracia parlamentar em Portugal. Responsável pelo golpe de Estado de 1917, governou Portugal sob um regime de ditadura militar por um ano, até que, em dezembro de 1918, um militante da maçonaria o assassinou com um tiro na estação de Comboios do Rossio.

Ernesto Castro Leal, o que se convencionou chamar de *sidonismo* inaugurou um modelo de representação corporativa que viria a ser, depois, seguido pelos diversos opositores do sistema democrático¹⁵. Para frustração e mesmo desespero de seus seguidores, Sidónio Pais morreria assassinado em novembro de 1918 na Estação dos Comboios do Rossio por um membro da Maçonaria. Sua breve passagem pela presidência da República, porém, permitiu a criação de referências que, em larga medida, serviram como balizadores da militância antiliberal na década seguinte.

Uma característica marcante deste movimento de oposição ao liberalismo foi, exatamente, a tentativa de manter viva a memória do ditador assassinado. O *sidonismo* serviu assim, como um núcleo de referência para a oposição. Os projetos de construção de partidos políticos antiliberais demonstravam, apesar de sua frágil representatividade, a articulação permanente dos grupos opositores do sistema parlamentar¹⁶.

As escolas militares foram, assim, uma referência determinante para o crescimento de um outro tipo de pensamento autoritário em Portugal. De feição cesarista, fortemente marcada pelo positivismo, preconizava a intervenção do Exército como remédio para o saneamento da Nação. Ao mesmo tempo destaca-se a defesa de um projeto modernizador, ancorado na formação de escolas técnicas e no incentivo à industrialização. A presença militar nos partidos oposicionistas durante a I República é ilustrativa de sua importância. No dizer de José Medeiros Ferreira, o que unificava as forças armadas portuguesas nos anos finais da I República era a defesa de uma "República conduzida por militares"¹⁷. Não por acaso, após ver consolidado o golpe militar de 28 de maio, o general Costa Gomes afirmou profeticamente que o regime que tinha se iniciado por intermédio das Forças Armadas, apenas através das Forças Armadas poderia ser encerrado.

Fica evidente na intervenção anti-liberal dos militares um profundo distanciamento de qualquer tipo de projeto saudosista ou de reconstituição monárquica.

Mas os militares seduziram também civis. Quando do golpe de Sidónio Pais, António Ferro, futuro dirigente da política de propaganda do Estado Novo, assim se referiu ao episódio:

¹⁵ LEAL, Ernesto Castro. António Ferro: *Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994, p. 97.

¹⁶ Idem, p. 97-98.

¹⁷ FERREIRA, José de Medeiros. *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

Naquele dia acordei sobressaltado com o dilúvio de luz... Portugal desabrochara... A manhã rompia, metálica, estridente... Os canhões trovejavam... Dir-se-ia que havia um Deus na terra, a comandar uma tempestade... Assomei à janela... (...) Quem fazia a revolução, quem a dirigia? É um detalhe que não contava. A revolução era de todos, era a pátria, numa legítima defesa, defendendo-se de quem a assaltava... (...) Finalmente, na manhã do dia oito, Portugal respirou, sentiu-se liberto do Dragão, a escabujar no solo, com cabeças dispersas, umas atiradas para os vasos de guerra em exposição no Tejo, outras perdidas pelos cárceres. O sol ressuscitou de vez... (...) O nome de Sidónio Pais era um murmúrio a crescer... (...) A desaguar na Rotunda, altar-mor da Pátria, com o Santo Libertador de mãos em cruz na espada, a romaria da Pátria deteve-se, rojou-se, aclamou Sidónio Pais, sagrou-o Presidente...¹⁸

Percebe-se nesta passagem a carga emotiva e mítica que dava à queda do liberalismo e à ascensão de Pais ao poder. Hegel, um século antes, viu a razão passando a cavalo. Ferro, um século depois se entusiasmou com a emotiva idéia de uma regeneração que igualmente vinha montada.

3. *Uma alternativa portuguesa*

Mais importante ainda que as tentativas de organização de espaços políticos, era a própria evolução do pensamento conservador português durante a década de 1920. Neste campo, balizados pelo *sidonismo*, várias outras correntes autoritárias se apresentaram como alternativa política à crise portuguesa. Do fascismo ao nacionalismo conservador católico, tendeu a prevalecer, entre as correntes autoritárias em Portugal, a idéia de uma saída "tipicamente portuguesa". Desta forma, apesar da simpatia aos diversos modelos corporativos como o fascismo, surgidos na Europa em consequência da falência liberal, eles foram entendidos como importantes referências, mas não como exemplos a serem copiados¹⁹.

¹⁸ FERRO, António. Sinfonia Heróica. In: *O Jornal*. Lisboa, Ano I, nº 125, 5-XII-1919, p.1.

¹⁹ Esta era uma característica de todos os modelos de nacionalismo anti-liberal que surgiram na Europa entre a década de 1920 e 1930. Movimentos que, apesar de semelhantes procuravam, a todo instante afirmar sua peculiaridade. Como disse Paxton a respeito do fascismo: "Cada movimento nacional fascista dá expressão plena ao seu próprio particularismo cultural". PAXTON, Robert. 2007: 44. O mesmo pode-se dizer dos demais nacionalismos não fascistas.

A partir de 1922, Portugal assistiu a uma "descoberta" do fascismo italiano. Rolão Preto, o mais destacado líder fascista português era, entretanto, pessimista quanto à possibilidade de se organizar um movimento idêntico àquele liderado por Benito Mussolini. Mas, desde a "Marcha sobre Roma", em 1922, que a direita portuguesa teve seus olhos voltados com entusiasmo e otimismo para o fascismo italiano. Rolão Preto, enaltecendo o caráter legitimamente subversivo e fora da lei daquele movimento, encantava-se com seu perfil de ruptura frente à ordem burguesa. Um perfil necessariamente revolucionário²⁰.

Mas não era apenas aos declaradamente fascistas que o movimento liderado por Mussolini encantava. António Ferro²¹, jornalista e futuro responsável pela política de propaganda do Estado Novo, em suas famosas viagens a entrevistar líderes autoritários durante os anos 20, também se sentiu fortemente atraído pela "obra" mussoliniana. Em 1923, ano II da "era Mussolini", Ferro entrevistou pela primeira vez o Duce. Além desta, houve outras duas entrevistas, respectivamente em 1926 e em 1934. Para Ferro, Mussolini apresentava projetos definidos: "expressão original italiana, restituição das tradições perdidas, governo de ditadura, hierarquia, esvaziamento do parlamento, corporativismo, latinidade". Em todas as entrevistas, a intenção de Ferro era apontar para necessidade de um líder com as mesmas características que as de Mussolini: chefe severo, lacônico e autoritário, com perfil dominador e firme²². Entretanto, estava convicto de que faltavam características condizentes com a alma portuguesa. Benito Mussolini, apesar de incontestáveis qualidades, era por demais falante, de expressões exageradas. Além disso, o caráter de mobilização do

²⁰ PINTO, António Costa. *Os camisas azuis*. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945). Lisboa: Estampa, 1994, p. 49-51.

²¹ António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956). Um dos nomes mais importantes da política cultural do Estado Novo, tendo sido diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Jornalista por vocação, jamais concluiu o curso de Direito, iniciado em 1913. Era também poeta e ensaísta. Antes do Estado Novo, Ferro já era um dos mais importantes personagens das letras portuguesas. Modernista, ativo e brilhante intelectual, defendia um Estado Intervencionista protetor das artes. Adversário da democracia, destacou-se como propagador do pensamento anti-liberal nos anos 20. Antes, já havia se entusiasmado com o breve período do sidonismo em Portugal. Apesar da frustração com o assassinato de Sidónio Pais, Ferro nunca deixou arrefecer o seu entusiasmo pelo autoritarismo. Assim, na década de 20, entrevistou diversos expoentes do autoritarismo e anti-liberalismo europeu: Gabrielle D'Anunzio, Primo de Rivera, Mustapha Kemal, Benito Mussolini e outros. Em 1932 publica no jornal *Diário de Notícias* uma longa entrevista com Salazar, publicada logo a seguir em livro e utilizada como fonte de propaganda do regime. No SPN, constituiu-se no principal elaborador da política de propaganda do Estado Novo.

²² LEAL, Ernesto Castro. António Ferro... Obra citada, p. 55.

"de baixo" apregoado pelo fascismo causava estranheza. A alma portuguesa se encarnaria, enfim, em Salazar. Em longa entrevista com o ditador português, publicada como propaganda do regime, afirmou: "Aqui não há uma Ditadura, uma situação: há um ditador de si próprio, o grande chefe moral de uma nação! E agora que já o ouvimos, vamos cada qual para a nossa vida... Não façamos barulho... Deixemo-lo trabalhar."²³

Três características eram consideradas determinantes, tanto para António Ferro como para Rolão Preto, no sentido da consolidação de uma liderança capaz de superar a crise portuguesa. A primeira delas era o fascínio pela autoridade do chefe de Estado, que, tanto se manifestava no resgate da figura de d. Miguel como em Mussolini. Restava aqui, a necessidade de se encontrar um "verdadeiro" líder nacionalista para Portugal. O declínio da República liberal possibilitou a lenta e progressiva ascensão de Oliveira Salazar ao poder, o dirigente *típicamente português*²⁴.

A segunda, era a busca da tradição e do passado legitimador. Neste caso, o elemento que coesionava e justificava a ação política, era uma história particular, necessariamente antagônica ao Iluminismo e todos os valores "universalistas". Durante toda a construção da ideologia salazarista, buscar-se-á a o resgate da "verdadeira" história de Portugal.

A terceira, era a defesa da violência, desde que para fins "positivos". A subversão da ordem liberal seria, nesta concepção, a última das violências. A partir daí, o tempo dos conflitos e da luta de classes terminaria em favor do "interesse nacional", o único a dar coesão a todos. No caso português esta via se deu não através da criação de milícias e brigadas como nos exemplos fascistas, mas através do Estado. Primeiro por intermédio das Forças Armadas, responsáveis pelo derrube da "república anárquica". Depois pela via do aparelho repressivo do próprio Estado na ação vigilante de sua polícia política²⁵.

²³ FERRO, António. *Salazar: o homem e sua obra*. Portugal, Empresa Nacional de Publicidade, 3ª Ed, 1933, p. 169.

²⁴ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O modernismo ibérico de António Ferro. *[Syn]tesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais*. Vol. II, nº 2, Rio de Janeiro: UERJ/CCS, 1998, p. 11/17

²⁵ PIMENTEL, Irene. A polícia e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo, 1933-1945. in: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, António Costa (Organizadores). *O corporativismo em português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 305-343; RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Estampa, 1995.

4. A Igreja Católica e a idéia de Nação

A mais importante contribuição no sentido de uma institucionalização do novo regime veio, entretanto, do conservadorismo católico. Se a oposição da Igreja ao liberalismo era forte, dada a profunda laicização da República, a formação de um pensamento católico deve-se ao surgimento e propagação de um pensamento social organizado a partir da própria hierarquia eclesiástica. No final do século XIX a *Encíclica Rerum Novarum*, pertencente ao papado de Leão XIII, surgia como a primeira intervenção católica nas questões de ordem social e do trabalho. O conhecido documento propunha um modelo de organização que se apresentava como uma alternativa tanto à tradição liberal, quanto à tradição socialista. Ambas, propagadoras do conflito. Uma, a defender os interesses particulares da classe proprietária. Outra a defender os interesses do proletariado. As duas perigosa e rigorosamente "racionalistas". O caminho a ser adotado seria o do resgate dos valores medievais. Da organização por ofícios, em caráter familiar. De proteção e de autoridade ao mesmo tempo. O "ponto final" desta ordem seria o Estado, dotado de poderes para intervir em nome do "bem comum".

A encíclica *Rerum Novarum* teve, por razões evidentes, uma forte repercussão em Portugal. Sua influência ultrapassou a data de sua publicação, permanecendo como forte referência para o pensamento católico ao longo das primeiras décadas do século XX. É forçoso lembrar que, até 1910, Portugal era ainda monarquia com fortes ligações com o Vaticano. Monarquia que, por exemplo, durante boa parte do século XIX, mantinha o sistema eleitoral ancorado na figura do *chefe de família*, e cuja documentação comprobatória para o direito do voto era a certidão de casamento²⁶. Assim, razões não faltavam para que, durante as décadas de 10 e 20, a Igreja Católica em Portugal se batesse contra dois "inimigos", o liberalismo e a República, embora a última com menor ênfase, devido a presença de conservadores católicos favoráveis ao sistema republicano.

Aos valores "universalistas" do liberalismo, o pensamento católico português produziu, a seu modo, um "nacionalismo católico" reagente tanto ao internacionalismo imperialista quanto ao internacionalismo proletário. Porém, conforme aponta Manuel Braga da Cruz, os católicos portugueses não tiveram grande representatividade do ponto de vista organizativo, limitando-se ao "âmbito eminentemente doutrinal".²⁷ Em se tratando de

²⁶ CRUZ, Manuel Braga da. *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 183-213.

²⁷ CRUZ, Manuel Braga da. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V: XIV, 2º, 1978, p. 265-278.

um movimento de elites políticas que visavam alternativas, sobretudo a partir de cima, a mobilização social era, é bem possível, o lado menos importante da questão. Mais importante talvez tenha sido a consolidação de um corpo doutrinal que se definia como opositor do liberalismo. Em consequência de seu caráter elitista, uma das principais bases de sustentação do catolicismo português foi o meio acadêmico, em particular no ensino universitário. Sem dúvida, universidades como as de Coimbra e do Porto constituíram-se em centros divulgadores do pensamento católico, com revistas, jornais e também uma forte intervenção política.

Ponto de convergência entre vários segmentos de oposição à República, a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, fundada em 1918, exatamente o ano do término da Guerra e do assassinato de Sidónio Pais, merece menção particular. Organização cívico-religiosa, sua história se insere tanto na história política como na história das religiões. Nuno Álvares Pereira, beatificado em 1918, foi a grande referência mítica na construção da nacionalidade portuguesa. A escolha de seu nome como patrono da Cruzada não foi casual. A mesma, tornou-se por um lado, uma espécie de "liga patriótica de elites". Por outro, obteve desde o seu nascedouro a função simbólica de, difundindo o papel ético-militar de Nuno Álvares Pereira, ritualizar a relação de seus membros para com o Estado. Os diversos símbolos do catolicismo reverenciados pela Cruzada, assim como seu arcabouço doutrinal, serviram como fontes inspiradoras do Estado Novo português. Referências, assim, dotadas de matriz evidentemente religiosa e de um caráter profundamente nostálgico²⁸.

Além das Universidades e da Cruzada, vale destacar as intervenções no movimento operário, através, das APOs. (Associações Protectoras dos Operários) e dos CCOs. (Círculos Católicos de Operários). Entretanto, estas duas entidades demonstram "tensões" importantes no movimento social católico. As primeiras nunca ultrapassaram o universo do mutualismo e do assistencialismo²⁹. Os Círculos Católicos, ao contrário, além de terem conseguido uma implantação nacional maior que as APOs, constituíam-se em um movimento *de* católicos operários e não *para* católicos operários. Evidencia-se aqui o embrião de um importante veio do sindicalismo português, que foi o sindicalismo católico³⁰. A fragilidade das

²⁸ LEAL, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999, p. 323-335.

²⁹ CRUZ, Manuel Braga da. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (II). In: *Análise Social*. Revista do Gabinete de Investigação Social da Universidade de Lisboa. V: XIV, N° 55, 3°, 1978, p. 525-531.

³⁰ REZOLA, Maria Inácia. *O sindicalismo católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa: Estampa, 1999.

organizações católicas, principalmente as voltadas ao mundo do trabalho, está diretamente ligada à ojeriza do regime a sistemas de mobilização social. A criação dos Sindicatos Nacionais pelo Estado Novo, em 1933, encerrou as pretensões dos católicos em organizarem seus próprios sindicatos³¹.

5. Tradição, modernidade e política administrativa no Estado Novo português

O processo de transição de uma ditadura militar para um regime civil e corporativo foi consequência de disputas internas que resultaram no afastamento de alguns setores envolvidos com o golpe de 28 de maio e na aproximação de novos personagens. Ao mesmo tempo o governo se via impelido a construir um aparato estatal que, ainda que influenciado pelas referências políticas e ideológicas citadas acima, apresentou também novos agentes que conferiram ao Estado Novo um perfil em parte diferente do imaginado pelos responsáveis pelo derrube da Primeira República. Procurarei apresentar um breve balanço dos componentes ideológicos do Estado Novo em comparação com os debates (ainda acalorados na historiografia portuguesa) a respeito de sua similitude/diferença em relação ao fascismo.

Diversos estudos a respeito das experiências fascista e autoritária na Europa do pós-guerra salientam, com razão, o aspecto não mobilizador da ditadura de Salazar. De fato o Estado Novo, mesmo na década de 1930 foi um regime profundamente conservador, confiando muito mais em instrumentos/instituições de enquadramento tradicionais, como a Igreja católica e as elites políticas locais e provincianas do que em organizações de massa. Não deixou, porém, de garantir seus interesses no campo de relações com a sociedade, criando um aparato cultural e de socialização em parte inspirado no fascismo.

Ainda que, nos campos político e institucional, o corporativismo português tivesse ficado incompleto, ele foi de fato eficiente no modelo cultural do Estado Novo. Uma orientação eminentemente orgânica dominou a visão que o regime procurou projetar ao seu respeito e a respeito do próprio país. No campo da propaganda foi posta em prática uma estranha unidade entre a direita radical integralista e o catolicismo tradicional e conservador.

³¹ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; PATRIARCA, Fátima. *A questão social no salazarismo (1930-1947)*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) foi criado em 1933 e dirigido pelo jornalista António Ferro. Ferro, do ponto de vista dos valores, nada tinha a ver com Salazar. Tratava-se de um personagem cosmopolita ligado a correntes futuristas e modernistas e, conforme já visto admirador do fascismo desde a década de 1920, ainda que não fosse exatamente um fascista³². A máquina criada por Ferro ultrapassou enormemente as necessidades de gestão da imagem de Salazar. Apesar de pouco ou nada ter a ver com o perfil provinciano do ditador, António Ferro ofereceu ao regime um projeto cultural que unificou recursos estéticos modernos e uma verdadeira "reinvenção da tradição". Recursos modernos no método e tradicionalismo no conteúdo. O Secretariado de Propaganda Nacional em muito se assemelhava aos organismos de propaganda dos regimes fascistas. Mas a propaganda política do regime valorizava a tradição portuguesa, daí conhecidas campanhas como, por exemplo, a da aldeia mais portuguesa de Portugal³³.

O SPN coordenou e alimentou a imprensa do regime, dirigiu os serviços de censura, organizou as encenações de massas que eram transportadas para a capital e alimentou as festividades viradas para as classes populares em estreita associação com o aparelho corporativo. Além disso, coordenou uma série de outras atividades destinadas às elites e ampliou significativamente as relações culturais com outros países. Para a execução de tamanha tarefa, Ferro recrutou intelectuais e artistas, que, sem esta mediação moderna jamais seriam atraídos pelo conservador e sisudo chefe de Governo. Muitos destes intelectuais haviam participado de grupos fascistas que se opuseram a Salazar no início da década de 1930.

O projeto cultural do salazarismo procurou uma "restauração sistemática dos valores da tradição". Conseqüentemente maior atenção foi dada a temas de caráter etnográfico e folclórico que passou por uma verdadeira revitalização. Tratava-se daquilo que Hobsbawm e Ranger chamaram de *Invenção das Tradições*³⁴. Concursos como "a aldeia mais portuguesa de Portugal" e a Exposição do Mundo Português procuraram reproduzir formas tradicionais e hábitos da população não só no próprio território português como também em todo o "Império". Outro aspecto importante foi a promoção do cinema que, com clara vocação popular, valorizava os "sadios valores da honestidade cristã e da família pobre, mas honrada".

³² RODRIGUES, António. *António Ferro: na Idade do Jazzy Band*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

³³ Ó, Jorge Ramos do. 1999. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 65-101.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições* (Organizadores). São Paulo: Paz e Terra, 1984.

A orientação da censura constitui outro exemplo claro do ideal-tipo organicista do regime. Em uma sociedade onde o conflito foi teoricamente abolido, nada que permitisse aferir sua sobrevivência era publicado. O regime não proibiu ou dissolveu as publicações de teor oposicionista. Elas sobreviveram ao longo dos anos trinta, ainda que isoladas e restritas a um pequeno público intelectual. Debateram, por exemplo, temas como o impacto social da arte e o pacto germano-soviético. Mas mantinham-se nos estreitos limites dos cafés e da boemia de Lisboa e não chegaram sequer à classe operária. Nos rincões provinciano e rural menos ainda. Como disse o próprio Salazar, "politicamente só existe o que o público sabe que existe"³⁵. Por isso, no campo da "paz social", a censura era implacável.

O aparato escolar sofreu uma atenção permanente da ditadura. A despeito da natureza formalmente laica do Estado Novo, o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas oficiais e influenciou decisivamente os currículos, principalmente do ensino primário. Ao mesmo tempo, toda uma revisão nacionalista e tradicionalista da história portuguesa foi introduzida.

Três anos após a institucionalização do Estado Novo duas organizações foram criadas sob inspiração do fascismo. A primeira foi uma organização oficial de juventude, de caráter paramilitar: a Mocidade Portuguesa (MP). Já em 1933, com o intuito de combater o Nacional-Sindicalismo (NS), o SPN havia criado a Acção Escolar de Vanguarda (AEV), primeira organização "proto-fascista" de juventude de iniciativa governamental. A AEV tinha, entretanto, um caráter de adesão voluntário³⁶. Na medida em que o Nacional-Sindicalismo se dissolveu o governo abandonou esta primeira iniciativa e criou a MP. Esta, ao contrário da primeira organização, tinha um caráter obrigatório e esteve permanentemente na dependência do Ministério da Educação. Voltada para o universo urbano a fim de combater "os vícios dissolventes" que corrompiam a juventude estudantil, a MP nunca chegou a ter a dinâmica de seus congêneres fascistas e foi, desde logo enquadrada pela Igreja, que manifestou alguma preocupação por esta iniciativa oficial³⁷.

³⁵ SALAZAR, António Oliveira. *Discursos e Notas Políticas*. Vol. 1. Coimbra: Coimbra Editores, 1935, p. 259.

³⁶ PINTO, António Costa & RIBEIRO, Nuno Afonso. *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936)*. Lisboa: História Crítica, 1980.

³⁷ KUIN, Simon. Mocidade Portuguesa nos Anos Trinta: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar de juventude. *Análise Social*, Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. 122, 1993, p. 155-188.

A segunda teve outros objetivos e a autorização para a sua criação representou uma coreografia tipicamente fascista em plena circunstância da guerra civil de Espanha. A Legião Portuguesa (LP) foi criada em 1936 como uma organização anti-comunista, com funções paramilitares e de informação policial, tendo mesmo enviado voluntários para lutarem ao lado das tropas de Franco³⁸. Nela se agrupou, sob absoluto controle estatal, parte da minoria fascista sobrevivente do NS, devidamente enquadrada por oficiais do Exército. Qualquer tentativa de ver nesta organização alguma influência fascista é fora de propósito e carece de fundamentação empírica. Entretanto sua criação refletiu a contração do regime tendo em vista o "perigo vermelho" no país vizinho.

No fundamental, o regime salazarista não compartilhou das tensões de mobilização típica dos países e movimentos fascistas. Preferiu a apatia. Isolando o seu muito pequeno universo urbano, desconfiando até na mobilização de sua pequena burguesia, ele contou com dois grandes agentes no universo do "Portugal profundo": as elites locais e a Igreja. Entrelaçando habilmente a administração e o partido o regime contava com as elites locais e a polícia política para a manutenção da ordem social³⁹. Como disse certa vez Salazar, seu objetivo era "fazer viver Portugal habitualmente".⁴⁰ Esta frase demonstra com clareza a intenção tradicionalista do ditador, apesar da vocação moderna de alguns de seus imediatos.

Conclusão

A queda da monarquia em Portugal não foi suficiente para a plena consolidação de um sistema liberal. Ao contrário, a Primeira República assistiu a sucessivas crises, demonstrando sua profunda incapacidade de impor um projeto político de mais longo prazo. Uma das razões para o fracasso da primeira experiência republicana foi, sem dúvida, a continuada oposição de saudos da monarquia e diversos segmentos anti-liberais e anti-democráticos. Dentre estes setores, destaca-se, com importância especial, a Igreja Católica, que se recusava, sistematicamente, a aceitar o modelo laico e democrático vigente.

³⁸ RODRIGUES, Luis Nuno. *A Legião Portuguesa. A milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Estampa, 1996.

³⁹ PIMENTEL, Irene. A polícia e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo, 1933-1945. Obra citada; RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Obra citada.

⁴⁰ MEDINA, João. 1977. *Salazar em França*. Lisboa: Bertrand, 1977, p. 50.

A oposição ao liberalismo, apesar de importantes diferenças em seus propósitos, acabou por comprometer-se com determinados símbolos que a mantiveram unida até a queda da Primeira República em 1926 e a ascensão posterior do salazarismo. Ao longo da República liberal e, posteriormente, durante o próprio Estado Novo, crescia entre o sentimento de que um mero retorno ao passado era impossível, embora desejável, de se realizar. Ao menos para aqueles mais comprometidos com um olhar mítico diante da história portuguesa. Era, portanto, inevitável uma adesão à modernidade que se impunha com o século XX. A questão principal passava a ser, portanto, como esta modernidade poderia se combinar com o passado português, com suas tradições. Por isso, o resgate dos ícones nacionais, dos grandes feitos do Estado (as Grandes Navegações, a Restauração, o Império do ultramar) e de seus personagens (d. Nuno Álvares Pereira, d. Sebastião e d. Miguel).

Militares de pendor autoritário, em sua maioria formados em escolas técnicas, intelectuais urbanos influenciados pelas diversas modernidades estéticas e políticas surgidas na Europa durante a década de 1920, jovens tecnocratas recrutados para a máquina do regime. Este leque heterogêneo de segmentos compôs o que de mais moderno o regime do Estado Novo pôde recrutar. O exemplo dado acima, do SPN é apenas um entre tantos. A despeito da alma agrária do ditador, procuraram urbanizar e, no limite do possível, europeizar Portugal.

A Igreja Católica foi um lugar especial de formação de um tipo de pensamento autoritário para o regime. Não por acaso o presidente do Conselho, além de ter permanecido católico ao longo de toda a sua vida foi, na juventude, seminarista. Como estudante, participou ativamente de círculos intelectuais católicos. O papel da Igreja foi o de se opor à República naquilo que ela tinha de laico e liberal. Depois, institucionalizado o Estado Novo coube a ela tentar ao máximo manter em Portugal o pequeno universo rural e familiar. A cidade e a urbe eram problemas que deveriam ser, na melhor das hipóteses, evitados.

Ainda que tenha predominado o tradicional em lugar do moderno, tanto nas estruturas econômicas quanto na ideologia, durante todo o período do regime corporativo Salazar soube, pragmaticamente, combinar e equilibrar interesses conflitantes. Não sem crises, como se deve supor. Procurou, sempre que pôde entender a modernidade portuguesa como um constructo do passado. Portugal havia sido moderno quando das Grandes Navegações e da constituição de um vasto império ultramarino. Tratava-se, portanto, de uma modernidade a ser restaurada. E por isso, necessariamente, uma modernidade nostálgica.

Fontes Primárias

Arquivo Marcello Caetano/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AMC/ ANTT): Boletim Português da Sociedade S. Vicente de Paulo. AMC, Caixa 1, SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO, n° 2.

FERRO, António. **Salazar**: o homem e sua obra. Portugal, Empresa Nacional de Publicidade, 3ª Ed, 1933.

SALAZAR, António Oliveira. **A questão cerealífera**. Provas apresentadas para o ingresso como Assistente na Universidade de Coimbra. Coimbra, 1916.

SALAZAR, António Oliveira. **Discursos e Notas Políticas**. Vol. 1. Coimbra: Coimbra Editores, 1935.

Referências Bibliográficas

CRUZ, Manuel Braga da. **Monárquicos e republicanos no Estado Novo**. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

_____. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I). In: **Análise Social**. Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. V: XIV. 2º, 1978, p. 265-278.

_____. As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (II). In: **Análise Social**. Revista do Gabinete de Investigação Social da Universidade de Lisboa. V: XIV, Nº 55, 3º, 1978, p. 525-607.

FERREIRA, José de Medeiros. **O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **Do "perigo espanhol" à amizade insular**. Portugal-Espanha (1919-1930). Lisboa: Estampa, 1985.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: Instituições e poder político em Portugal - séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições** (Organizadores). São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KUIN, Simon. Mocidade Portuguesa nos Anos Trinta: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar de juventude. **Análise Social**, Revista do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa. 122, 1993, p. 155-188.

LEAL, Ernesto Castro. **Nação e nacionalismos**: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938). Lisboa: Cosmos, 1999.

_____. *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A Bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Um tempo histórico português sob enfoque brasileiro: bases para a compreensão dos antecedentes do Estado Novo. In: Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces. *Convergência Lusíada*, 17. Número Especial. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, p. 139-150.

_____. O modernismo ibérico de António Ferro. *[Syn]tesis*. Cadernos do Centro de Ciências Sociais. Vol. II, nº 2, Rio de Janeiro: UERJ/CCS, 1998, p. 11/17.

MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime - Europa (1848-1914)*. SP, Companhia das Letras, 1987.

MEDINA, João. *Salazar em França*. Lisboa: Bertrand, 1977.

Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1939)*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

PATRIARCA, Fátima. *A questão social no salazarismo (1930-1947)*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIMENTEL, Irene. A Polícia e a Justiça Política nos primeiros anos do Salazarismo. In: COSTA PINTO, António & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Organizadores). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 305-343.

PINTO, António Costa. *Os camisas azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Estampa, 1994.

PINTO, António Costa & RIBEIRO, Nuno Afonso. *A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1936)*. Lisboa: História Crítica, 1980.

REZOLA, Maria Inácia. *O sindicalismo católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa: Estampa, 1999.

RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Estampa, 1995.

RODRIGUES, António. *António Ferro: na Idade do Jazz Band*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

RODRIGUES, Luis Nuno. *A Legião Portuguesa. A milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Estampa, 1996.

Francisco Carlos
Palomanes
Martinho

ROSAS, Fernando. **Pensamento e ação política: Portugal, século XX (1890-1976)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

SCHMITTER, Philippe C. **Portugal: do Autoritarismo à Democracia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

SOARES, Mário. Constituição. In: SERRÃO, Joel (Org). **Dicionário de história de Portugal e do Brasil**. Porto: Iniciativas Editoriais, vol 3, C-D, s/d, p. 672-682.